



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
FACULDADE DE LINGUAGEM, CIÊNCIAS AGRÁRIAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

KAROLINA CAMILA COELHO DA SILVA

**CARTOGRAFIA DOS BENS CULTURAIS DO POVO CHIQUITANO: UM ESTUDO
SOBRE O TRATAMENTO JURÍDICO E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL IMATERIAL DO POVO CHIQUITANO EM VILA BELA DA
SANTÍSSIMA TRINDADE-MT**

Pontes e Lacerda, MT

2024

KAROLINA CAMILA COELHO DA SILVA

**CARTOGRAFIA DOS BENS CULTURAIS DO POVO CHIQUITANO: UM ESTUDO
SOBRE O TRATAMENTO JURÍDICO E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL IMATERIAL DO POVO CHIQUITANO EM VILA BELA DA
SANTÍSSIMA TRINDADE-MT**

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Faculdade de Linguagem, Ciências Agrárias e Sociais Aplicadas da Universidade do Estado do Mato Grosso, Campus Pontes e Lacerda, Curso bacharelado em Direito como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Prof.^a. Priscila Pedrosa Mattos de Souza

Pontes e Lacerda, MT

2024

KAROLINA CAMILA COELHO DA SILVA

**CARTOGRAFIA DOS BENS CULTURAIS DO POVO CHIQUITANO: UM ESTUDO
SOBRE O TRATAMENTO JURÍDICO E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL IMATERIAL DO POVO CHIQUITANO EM VILA BELA DA
SANTÍSSIMA TRINDADE-MT**

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Faculdade de Linguagem, Ciências Agrárias e Sociais Aplicadas da Universidade do Estado do Mato Grosso, Campus Pontes e Lacerda, Curso bacharelado em Direito como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Prof.^a. Priscila Pedrosa Mattos de Souza

Data da aprovação: 02/12/2024

PRISCILA PEDROSA MATTOS DE SOUZA — Orientadora
Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense –
UFF
Professora adjunta temporária na UNEMAT

LAUDICÉIA FAGUNDES TEIXEIRA — Membro da Banca
Professora (Unemat)

CAROLINA PEREIRA LINS MESQUITA — Membro da Banca
Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais na UFF
Professora na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de
Janeiro – FND/UFRJ

À minha amada avó, que sempre foi meu alicerce de amor, sabedoria e carinho. A sua presença iluminou meus dias e me ensinou com gestos simples, o verdadeiro significado de força, caridade e dedicação. Este trabalho é um pequeno reflexo de tudo aquilo que você me ensinou e da gratidão que tenho por tudo o que fez por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora Priscila Pedrosa Mattos de Souza, pela orientação, apoio e dedicação ao longo do trabalho.

Aos professores e colegas da UNEMAT, pelas contribuições valiosas e pelo aprendizado constante.

À toda comunidade indígena Chiquitana da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, por compartilharem comigo momentos de suas vidas, suas lutas e histórias.

À minha família, pelo apoio incondicional e pela força em todos os momentos. Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

É justo que muito custe o que muito vale.
Santa Teresa d'Avila

RESUMO

Esta pesquisa aborda a Cartografia dos Bens Culturais do povo Chiquitano, com enfoque no tratamento jurídico e na proteção do patrimônio cultural imaterial em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT. O povo Chiquitano, uma das comunidades indígenas que habitam a fronteira Brasil-Bolívia, tem grande representatividade na cidade, com mais de 400 famílias autodeclaradas como indígenas. Estas famílias vivem de forma não aldeada, tanto na zona rural quanto na urbana. Historicamente, o povo Chiquitano enfrentou escravidão durante a colonização das missões jesuíticas, mas atualmente luta pelo reconhecimento e valorização de sua cultura, marcada por elementos como a língua Bes+ro, vestimentas típicas, música, dança, artesanato e práticas de curandeirismo. Este estudo analisa a proteção jurídica desses bens culturais imateriais e seu papel na afirmação identitária. Apesar do reconhecimento legal e da proteção dada ao do patrimônio cultural no Brasil, a comunidade indígena Chiquitana da cidade de Vila Bela enfrenta desafios como a invisibilidade histórica, o preconceito e dificuldades na preservação de sua cultura. Através da autodeclaração e da atuação da Associação Étnica Cultural ChikBela e do Sistema Cacicado Antônio Eudes Leite, os povos Chiquitanos têm fortalecido sua identidade e reivindicado direitos. A pesquisa destaca a importância de proteger o patrimônio cultural imaterial como ferramenta de resistência e valorização da diversidade cultural, contribuindo para ampliar a visibilidade dessa comunidade e preservar sua rica herança.

Palavras-chave: Proteção Jurídica, Chiquitanos, Patrimônio Imaterial, Cultura, Vila Bela da Santíssima Trindade.

ABSTRACT

This research addresses the Cultural Heritage Mapping of the Chiquitano people, focusing on the legal treatment and protection of intangible cultural heritage in Vila Bela da Santíssima Trindade-MT. The Chiquitano people, one of the indigenous communities inhabiting the Brazil-Bolivia border, have significant representation in the city, with over 400 families self-declared as indigenous. These families live in a non-village setting, both in rural and urban areas. Historically, the Chiquitano people endured slavery during the colonization of Jesuit missions but are currently fighting for the recognition and appreciation of their culture, marked by elements such as the Bes+ro language, traditional clothing, music, dance, crafts, and healing practices. This study examines the legal protection of these intangible cultural assets and their role in identity affirmation. Despite the legal recognition and protection of cultural heritage in Brazil, the Chiquitano indigenous community in Vila Bela faces challenges such as historical invisibility, prejudice, and difficulties in preserving their culture. Through self-declaration and the efforts of the Associação Étnica Cultural ChikBela and the Antônio Eudes Leite Leadership System, the Chiquitano people have strengthened their identity and claimed their rights. This research highlights the importance of protecting intangible cultural heritage as a tool for resistance and the appreciation of cultural diversity, contributing to the increased visibility of this community and the preservation of its rich heritage.

Keywords: Legal Protection, Chiquitanos, intangible heritage, legal protection, culture, Vila Bela da Santíssima Trindade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 — Mulheres Chiquitanas vestidas de Tipoy (roupa típica chiquitana)	21
Fotografia 2 — Roupas Típicas Chiquitanas - TIPOY	19
Fotografia 3 — Caixa, instrumento musical utilizado nas apresentações ..	23
Fotografia 4 — instrumentos utilizados na apresentação do grupo artístico Chiquitano, Caixa; Bombo e Flauta	24
Fotografia 5 — Grupo de Dança Chik-Bela, Grupo de Dança Mirim.....	26
Fotografia 6 — Ansia com trajes de dança	26
Fotografia 7 — Cestos e Abanadores - Artesanato Chiquitano.....	27
Fotografia 8 — Fruteira- Trabalho feito de Madeira por Artesãos Chiquitanos	28
Fotografia 9 — Oficina de Artesanatos, Associação Chiquitana de Vila Bela	29
Fotografia 10 — Pajé realizando Curandeirismo	30
Fotografia 11 — Nota de Repúdio – contra UNEMAT	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OIT	Organização Internacional do Trabalho
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IFMT	Instituto Federal do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 HISTÓRIA E CULTURA CHIQUITANA.....9

1.1 Chiquitanos em Vila Bela da Santíssima Trindade: uma breve apresentação histórica.....9

1.2 Bens culturais Chiquitanos de Vila Bela.....11

1.2.1 A Língua Chiquitana (*Bes+Ro*)12

1.2.2 Vestimentas Tradicionais.....17

1.2.3 A Música e o Instrumento Musical.....20

1.2.4 A Dança Tradicional.....23

1.2.5 O Artesanato Chiquitano.....25

1.2.6 O Curandeirismo Como Medicina Natural.....27

2 A CULTURA CHIQUITANA EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDDE E O PATRIMONIO IMATERIAL.....30

2.1 O Reconhecimento e a Autodeclaração Dos Povos Chiquitanos Em Vila Bela Da Santíssima Trindade.....31

3 DIREITO A MEMÓRIA E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL DO PATRIMONIO CULTURAL.....39

3.1 O Patrimônio e a Preservação Dos Bens Culturais em Vila Bela -MT.....43

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....47

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo são os bens culturais dos povos Chiquitanos que vivem na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. O objetivo desta pesquisa é realizar o mapeamento dos bens culturais Chiquitanos, buscando compreender a peculiaridade da cultura e história da comunidade chiquitana da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Esta pesquisa busca responder ao seguinte problema: qual é a importância da preservação e proteção do patrimônio cultural imaterial dos povos Chiquitanos e quais são os principais bens culturais imateriais desta população em Vila Bela da Santíssima Trindade?

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de valorizar e resguardar a identidade cultural desse povo, cuja história é marcada pela resistência e preservação de saberes ancestrais.

No âmbito das políticas de proteção ao patrimônio cultural, o estudo busca entender como o sistema jurídico protege os bens imateriais e de que forma os Chiquitanos utilizam sua cultura como instrumento de afirmação identitária e resistência.

Neste sentido, estudaremos também sobre a importância de salvaguardar práticas culturais de minorias étnicas. Partimos da hipótese que, embora haja legislações destinadas à proteção do patrimônio cultural, essas normas enfrentam limitações e um certo abandono que dificulta a efetiva aplicação no cotidiano da comunidade Chiquitana.

Como objetivos específicos analisar a eficácia das normas vigentes, examinar as práticas de proteção já adotadas revelando alguns desafios que a população chiquitana enfrenta com relação à preservação e reconhecimento de sua cultura, história e saberes tradicionais

A pesquisa visa, também, ampliar a visibilidade da herança cultural Chiquitana e sensibilizar a sociedade para a importância de sua preservação.

A estrutura do trabalho está organizada em três partes principais: a primeira discute o contexto histórico e cultural dos Chiquitanos em Vila Bela; a segunda analisa a perspectiva do povo Chiquitano frente ao reconhecimento e a autodeclaração de

sua identidade e o impacto que isso gera na sociedade; e a terceira oferece uma análise crítica em relação às práticas de preservação cultural.

Assim, pretende-se construir um panorama abrangente da situação atual e das perspectivas de proteção do patrimônio imaterial dos Chiquitanos, buscando contribuir para a preservação de sua identidade cultural e de seus valores tradicionais.

Para compreender as especificidades do tratamento jurídico e da proteção cultural, é necessário inicialmente mapear os bens culturais desses povos. Esse mapeamento considera sua história, tradições e os elementos que compõem sua identidade como povo Indígena Chiquitano.

Para realizar a cartografia do patrimônio cultural imaterial dos Chiquitanos, inicialmente tinha sido planejado o percurso de entrevistas com membros da comunidade, o que permitiria uma aproximação mais direta e vivencial com os bens culturais e as práticas de preservação. No entanto, por questões formais não conseguimos cumprir com as exigências burocráticas universitárias para requerer a autorização do comitê de ética em pesquisa da UNEMAT, motivo pelo qual as fontes da pesquisa se deram através de pesquisas acadêmicas já publicadas e também com base na vivência pessoal da autora, neta de uma liderança chiquitana de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Diante dessa limitação, o estudo passou a ser desenvolvido principalmente por meio de fundamentação bibliográfica, com base em pesquisas acadêmicas encontradas virtualmente que tratam da Chiquitania e da proteção do patrimônio cultural imaterial, mas também incorporando experiências pessoais.

Uma vez que grande parte das fontes de pesquisa se fundamenta em experiências pessoais, ao longo o texto o leitor poderá encontrar referências em primeira pessoa.

Usaremos primeira pessoa para que o leitor saiba exatamente a origem da fonte de informação, ou seja, cada vez que fizermos menção às vivências pessoais da autora.

As histórias e sabedorias passadas por ela enriqueceram significativamente o entendimento sobre a cultura e as práticas preservadas pelos Chiquitanos. Por isso, algumas seções deste trabalho utilizarão a primeira pessoa, dado o caráter subjetivo e vivencial de muitas das informações. Essa abordagem visa integrar o conhecimento

acadêmico com as experiências pessoais, criando uma visão mais completa e rica da realidade cultural e jurídica dos Chiquitanos.

1 HISTÓRIA E CULTURA CHIQUITANA

Os povos indígenas Chiquitanos são umas das comunidades indígenas que habitam a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, atualmente essa comunidade está distribuída entre os dois países, porém por serem povos fronteiriços grande parte das famílias Chiquitanas permaneceram residindo na Zona Rural da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso- Brasil. A cidade está situada a cerca de 300 km do país Bolívia, o que facilita o intercambio cultural entre essas comunidades, fazendo com que tenham uma forte interação com o país vizinho.

Além disso, DOURADO, 2022, pág. 239, entendia que por viver de forma fronteiriça os povos indígenas Chiquitanos seriam como guardiões da fronteira e que apesar de terem importância para a Nação brasileira, essa comunidade nunca teve seu devido reconhecimento, nem se quer foi reconhecido como importante para a história do País.

Os povos indígenas Chiquitanos foram um dos primeiros habitantes da América do Sul, eles presenciaram e participaram de toda a construção do Estado de Mato Grosso e contribuíram na formação da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Segundo Dourado, 2022:

O segmento indígena, desde o início do processo de colonização de Mato Grosso, iniciado na primeira metade do século XVIII, auxiliou os bandeirantes e sertanistas que saíram da vila de São Paulo de Piratininga e de outras localidades, para adentrarem neste sertão oeste em busca de riquezas e de mão de obra. Ainda que senhores dos caminhos, os bandeirantes necessitavam sempre do saber indígena para conseguir percorrer, com sucesso, os longos e sinuosos caminhos fluvial e terrestre do território de Mato Grosso. (DOURADO, 2022)

Por serem considerados uma comunidade de indígenas *mansos*, Rolim de Moura, o primeiro governador do estado de Mato Grosso, não mediu esforços para que fosse implantado no Estado a colonização, como meio de manter por perto, domesticar e escravizar o povo indígena da região.

DOURADO, 2022, explica que:

Criada a capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura, o primeiro governador, teve o cuidado de incorporar ao processo colonizador, os

índios, especialmente os da tribo Bororo e os das nações consideradas mansas. Acostumados ao território, sabedores de suas riquezas e potencialidades, os índios seriam, certamente, os mais indicados para defender as possessões lusitanas das possíveis investidas espanholas. (DOURADO, 2022)

O povo indígena Chiquitano foi considerado por muitos dos colonizadores como dóceis, mansos e fáceis de domesticar, esse comportamento acabou se tornando um gatilho para que essa comunidade se tornasse cada vez mais refém dessa dominação.

Entre o período de colonização, ao tempo em que os colonizadores tentavam domesticar os povos indígenas e implementar um novo ritmo de vida, descobria ali uma grande fonte de conhecimento, não só dos bens e matéria prima que descobriram na região através dos povos indígenas, mas se viram cheios daquilo que até mesmo o colonizador desconhecia, o grande conhecimento estratégico do povo indígena.

DOURADO, 2022, afirma que:

A incorporação dos índios no processo colonial, especialmente após a criação da capitania de Mato Grosso, se tornou relevante, seja pelo conhecimento que os mesmos detinham sobre os recursos naturais, da geopolítica do território, seja pelo conhecimento, um saber especial, que tinham sobre as demais nações que habitavam o território, muitas delas desconhecida do colonizador. (DOURADO, 2022)

Além dos povos indígenas Chiquitanos, outras etnias indígenas e comunidades indígenas também habitam a cidade de Vila Bela Da Santíssima Trindade – MT e região, como os Bororo, Nambicuara, Guato, Paressi, Bakairi, Portal do Encantado e Apiacá.

Porém, o que difere os povos indígenas Chiquitanos de outras comunidades indígenas é que em razão da catequização dos padres jesuítas no período colonial e da implementação de culturas dominantes, essa comunidade não vive aldeada e possui facilidade em acompanhar as mudanças sociais da comunidade onde está inserida.

1.1 Chiquitanos Em Vila Bela Da Santíssima Trindade: Uma breve apresentação histórica

Atualmente a comunidade vilabelense conta com mais de 400 famílias registradas e autodeclaradas como indígenas Chiquitanas. Essas famílias residem de forma não aldeada, tanto na região da zona rural, quanto na zona urbana da cidade, eles não utilizam pinturas corporais e exercem todos os tipos de trabalhos dentro da sociedade.

O motivo pelo qual os indígenas Chiquitanos vivem de forma diversa a outras etnias indígenas, se dá pelo fato de que os indígenas Chiquitanos foram vítimas de um passado marcado pela escravidão junto à colonização e à catequese nas missões jesuíticas.

Em razão disso muitos dos indígenas Chiquitanos foram obrigados a se catequisar e a mudar seu modo de vida, práticas e religião, sendo forçados a seguirem o modo de vida europeu, convivendo de forma social.

CINTRA, em seu artigo publicado em 2006 disse que:

O território tradicional dos Chiquitano ocupava uma grande área localizada em terras bolivianas e brasileiras. Em virtude da disputa entre as coroas portuguesa e espanhola, o povo foi separado, ficando uma parcela menor no extremo sudoeste do Estado de Mato Grosso, nas proximidades da fronteira com a Bolívia, nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda e Vila Bela. (CINTRA, 2006)

Desde então, esses povos permaneceram dentro dessas regiões, seguiram suas vidas, formaram famílias e tentaram esquecer o sofrimento que passaram.

O nome Chiquitano deriva da palavra *CHQUITOS*, que significa Pequeninos, quando os espanhóis se depararam com a comunidade indígena que habitavam a América do Sul, logo classificou a comunidade através de seu fator biológico.

Segundo SANTOS, 2023, ao entrevistar a Dra. Vanda de Copacabana VilasBoas, pela revista Digoreste, relatou que:

A nomenclatura “Chiquitano” foi dada pelos espanhóis que, na época, colonizaram esta região. Quando eles chegaram, se depararam com pessoas de pequena estatura, entre 1,60 e 1,65m, de casas pequenas, com portas e janelas pequenas. Então eles associaram o nome de “Chiquitos”, província de “Chiquitos”, por conta do tamanho deste povo originário. Porém o território ocupado por eles era muito grande, então deram o nome de “La Gran Chiquitania”. (SANTOS, 2023)

Outro autor também afirma essa relação referente ao biotipo físico dessa comunidade, segundo Garcia, 2010. Os Chiquitanos são descritos como sendo de estatura mediana a baixa, característica comum entre os povos indígenas da região.

A estatura dos Chiquitanos é, em geral, mediana, com alguns indivíduos apresentando baixa estatura, o que pode estar relacionado às condições de vida nas áreas rurais e à alimentação (GARCIA, 2010)

Esse aspecto físico, no entanto, é apenas uma das várias características que compõem a identidade Chiquitana, que é mais marcada por suas tradições e cultura do que por fatores biológicos.

1.2 Bens Culturais Chiquitanos de Vila Bela

A cidade de Vila Bela Da Santíssima Trindade é conhecida como a cidade tradicional, histórica e cultural do Estado de Mato Grosso. Dentre tantos motivos pelo qual a cidade se destaca, como por exemplo seus monumentos históricos, Pontos Turísticos, o fato de ser a primeira Capital do Mato Grosso. Algo muito maior chama atenção de todos que chegam à cidade, a diversidade cultural.

A miscigenação entre os povos indígenas Chiquitanos e os Africanos que aqui foram escravizados, é fruto de uma dor que compartilham esses povos desde o período colonial, a luta pelo reconhecimento e a reparação histórica de um povo que ainda hoje não se enxerga livre das consequências desse passado cruel.

A coincidência das vivências, o abandono, a comercialização de pessoas e mão de obra escrava, fez com que após a transferência da Capitania de Mato Grosso para a cidade de Cuiabá, essa população mantivesse uma relação de amizade que perpetuaria até os dias atuais.

Os saberes, as práticas compartilhadas entre os povos, a cultura e o modo de vida da população vilabelense atualmente preservam toda história de vida dessas comunidades.

Todos os anos desde então a cidade mantém um calendário focado em manifestações culturais que mesclam a cultura Chiquitana e religiões de matrizes

africanas. Esses eventos proporcionam momentos únicos para a população Vilabelense, fazendo com que toda a população participe dessa grande manifestação.

Apesar de ter sido libertado das mãos escravocratas, a comunidade Indígena e Quilombola da cidade, sempre relembram em suas manifestações o triste passado que vivenciaram, e ainda mesclam no calendário, festividades religiosas a serem comemoradas pela população.

LIMA, 2024, explica sua reação ao presenciar o evento Festança, evento esse comemorado todos os anos em Vila Bela da Santíssima Trindade- MT.

[...] hoje, olhando para as pessoas desfilando pelas ruas de Vila Bela da Santíssima Trindade em dia de festa, o que percebemos é que, num clima religioso festivo, há uma revelação muito clara da manifestação da fé do povo vilabelense. (LIMA, 2024)

A comunidade Quilombola da cidade de Vila Bela preserva suas práticas culturais como a dança do Congo, uma apresentação cultural teatral feita por pretinhos de Guiné, coroados de penas, vestidos de gala e cetros, metidos de arma contra seu rei da Monarca. A apresentação é feita afim de reviver o passado e mostrar como era feita a disputa pelo poder dentro dessa comunidade.

Outra apresentação cultural vivenciada em Vila Bela é a dança Chorado, onde mulheres dançam com as bebidas típicas e afrodisíacas na cabeça, sendo o Canjinjim e/ ou Esquentá Xereca, bebidas tradicionais da cidade, que acompanham uma receita secreta produzidas apenas na comunidade vilabelense pelas mulheres de famílias tradicionais.

As dançarinas carregam esse nome por remeterem ao período da escravidão, apesar de estarem tristes e sofrendo por dentro, iam dançar alegres afim de embriagar seus patrões, para que os mesmos não punissem seus filhos e maridos ou relaxassem suas punições.

A cidade de Vila Bela é considerada uma cidade Quilombola, onde é mantida suas histórias, culturas e tradições. As vestes, acessórios e modo de vida que remetem a cultura africana e muitas outras manifestações culturais. Ao mesmo tempo, o povo Chiquitano, tenta se destacar diariamente através de movimentos e manifestações culturais acerca de sua cultura. Além do mais, mantem ali sua culinária

como o bolo de arroz, a bebida típica da comunidade *Chicha*, as vestimentas típicas e os acessórios, a dança e todas as formas de expressão cultural dessa comunidade.

Contudo, grande parte das celebrações manifestadas na cidade, como em eventos culturais, é possível observar uma forte união entre as duas culturas, podendo ser presenciada em eventos como: Noite Cultural, Chá Afro-Chiquitano, Festança e muitas outras celebrações que ocorrem na cidade de Vila Bela- MT.

1.2.1 A Língua Chiquitana (*Bes+Ro*)

Os povos Chiquitanos preservam um modo de vida próprio e uma identidade que vem de seus antepassados. Parte dessa identidade se reflete na língua Chiquitana, conhecida como *Bes+ro*, que ainda é falada pelos anciãos, pessoas idosas da comunidade Chiquitana, que nos dias de hoje luta pela preservação da cultura e saberes, a fim de manter o idioma e repassar as pessoas mais jovens. De acordo com Santana (2012) :

o povo Chiquitano é parte de uma vasta coletividade que, historicamente, sofreu processos de dispersão e aculturação” devido à colonização e à influência de línguas dominantes, como o espanhol e o português (SANTANA, 2012)

A língua *Bes+ro* é resultado de um longo processo histórico, ligado ao período das missões jesuíticas, onde vários grupos indígenas foram reunidos pelos padres na Bolívia, esses grupos falavam línguas diferentes, e o *Bes+ro* acabou surgindo como uma língua comum para facilitar a comunicação entre eles. Os Jesuítas utilizavam o idioma para unificar as línguas e manter o idioma *Bes+ro*, fazendo ser a maior língua falada entre eles.

O Chiquitano ou *Bes+ro* decorre do que foi estabelecido nas reduções jesuíticas como língua franca, pois os missionários a utilizaram para evangelizar tribos de origens distintas, que foram perdendo suas línguas maternas ao adotarem a língua Chiquitano, o que provocava alternância de línguas e criava, naquele contexto, uma situação heteroglóssica.(CINTRA, 2006)

Em minha infância e adolescência convivi na comunidade indígena Chiquitana de Vila Bela-MT, onde escutei por diversas vezes minha avó, líder Chiquitana e pioneira do movimento Chiquitano na cidade, a história de que nas missões jesuíticas da colonização da América do Sul, o povo Chiquitano foi ordenado a não falar sua língua materna, já que os Jesuítas não entendiam o que os indígenas falavam entre si, durante o período das missões, os jesuítas buscavam não apenas converter os indígenas ao cristianismo, mas também integrar suas comunidades ao sistema colonial europeu.

Para isso, a estratégia usada pelos jesuítas foi a imposição do idioma português, visando eliminar a língua materna desses povos. Esse processo incluía a proibição de repassá-la a filhos e netos, pois era considerado pecado utilizá-la, configurando uma ferramenta de controle e integração cultural.

Assim afirma a autora CINTRA,2006:

Como a convivência não era pacífica, o governador da já formada cidade de Santa Cruz de la Sierra solicitou a ajuda dos jesuítas para “amansar os indígenas”. No entanto, em 1690, além dos jesuítas, que vieram com o intuito de evangelizar os índios, apareceram também os espanhóis colonizadores. (CINTRA,2006)

Os jesuítas muitas vezes proibiam o uso das línguas nativas, como o caso do idioma *Bes+ro*, para facilitar a comunicação e a catequese, além de suprimir a identidade cultural dos povos indígenas.

Nas músicas cantadas pelos Chiquitanos é possível observar a referência feita ao passado cruel que esse povo vivenciou, por tirarem deles parte de seu patrimônio cultural, como o idioma, a fala, a comunicação e a expressão. No Hino Do Portal do Encantado (comunidade indígena Chiquitana fronteira) de autoria de Vanda de Copacabana VilasBoas é mencionado o seguinte trecho:

Desde o tratado de Madri, o de Tordesilhas e o Tratado de Amizade, entre a Bolívia e o Brasil, ficamos à mercê sem nossa identidade, hoje aflora a nossa pele, a nossa cultura, história e tradição. Não queremos viver mais soterrados, humilhados e expulsos da nossa própria nação. (VILASBOAS, 2016)

Por conta disso, o uso da língua materna entre as gerações mais jovens se perdeu, poucos nos dias de hoje falam a língua *Bes+ro*, ou sequer teve contato com o idioma.

A Autora CINTRA em seu estudo sobre Sociolinguístico Dos Chiquitano Do Brasil, 2006, apresenta sobre a voz e ótica de indígenas Chiquitanos, como foi a rejeição da língua *Bes+ro* na colonização. A autora apresenta a narração de um Indígena Chiquitano chamado Lourenço Rupê e destaca:

tudo isso era desenvolvido em uma visão não-indígena. Naquele contexto, a língua Chiquitano não podia ser falada. “Aí quando comecei na escola, já aprendi a falar o português. Proibiram. Não, não vai falar na língua. Aí foi largando, largando. Professor proibiu. Apanhava com um negócio que tinha um buraquinho, batia na mão, na cabeça” (Lourenço Rupê). (CINTRA, 2006)

Após o depoimento a autora ainda afirma, esse dado vem reforçar o que pregava a Constituição de 1967 (título 4, parágrafo 3º), em que o ensino primário somente *seria* ministrado na língua nacional (CINTRA, 2006)

O termo *entre a cruz e a espada* reflete bem a situação sofrida pelos povos indígenas, que foram forçados a adotar uma nova fé, uma nova língua, uma nova religião, sendo obrigados a abandonar suas tradições e identidades originais. Essa imposição cultural e linguística teve um impacto que perpetua ainda nas comunidades indígenas, ao ver que muito se perdeu da fala desses povos.

Santana (2005, p.27) aponta que “a revitalização da língua é central para a reafirmação identitária desse povo, já que “a língua está intrinsecamente ligada à memória cultural e histórica do grupo”.

O idioma *Bes+ro*, é um patrimônio cultural fundamental para o povo Chiquitano, o idioma representa mais que um meio de comunicação, sendo uma base de identidade para a comunidade, frisando suas práticas culturais e relações sociais. Segundo Santana (2012), “a documentação e revitalização do *Bes+ro* se faz urgente, pois é uma ação que contribui para o fortalecimento e a ressignificação da coletividade étnica” (SANTANA, 2012, p. 24).

Estudiosos tentaram classificá-la como pertencente ao tronco linguístico *Macro-Jê*, mas essa associação permanece inconclusiva. Sobre a questão, Santana (2012) destaca que “o *Bes+ro* é uma língua complexa e única, que desafia as

tentativas de agrupá-la com outras línguas indígenas conhecidas” (SANTANA, 2012, p. 105).

A fonologia do *Bes+ro* possui contrastes nas consoantes e vogais distintos do português. Nas comunidades estudadas, a diferença entre as falas feminina e masculina é evidente, refletindo seu papel nas estruturas sociais do povo Chiquitano.

Em relação a fonética do idioma *Bes+ro*, SANTANA, 2005, p. 62, se refere a fala feminina com alterações que não são usadas na fala masculina, mostrando ali um nível de diferenciação que adiciona profundidade à língua.

O vocabulário do *Bes+ro* inclui termos que expressam elementos da cosmologia e cotidiano Chiquitano. “A palavra *monkox* significa aquele que esteve sempre aqui, sendo um termo que reafirma a ligação ancestral do povo com a terra e suas tradições” (PARAPAINO, 2003, apud SANTANA, 2012, p. 24). Esse termo é usado e reflete o sentimento de pertencimento territorial e histórico dos Chiquitano. Outro termo importante é *ichurapa*, que significa amigo.

Segundo o estudo de RIESTER, 2003, apud SANTANA, 2005, p. 30, a palavra *ichurapa* tem uma relação de intimidade, mostrando a ligação comunitária do Idioma.

Em Vila Bela, os Chiquitanos desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e do patrimônio imaterial da região. As tradições, os rituais e os saberes ancestrais são mantidos através das gerações. “Contudo, a pressão das línguas dominantes, como o espanhol e o português, coloca esses e outros termos em risco de extinção, uma vez que muitos jovens desconhecem o significado completo dessas expressões” (SANTANA, 2012, p. 67)

No Brasil, a situação do *Bes+ro* é crítica, com poucos falantes e uma diminuição acentuada em seu uso. Tudo isso Segundo SANTANA, 2012, Pag. 88, o *Bes+ro* é uma língua em processo de extinção, especialmente do lado do Brasil, onde sobrevive apenas na memória dos mais velhos.

Na comunidade Chiquitana de Vila Bela, o uso da língua se limita a algumas palavras usadas em celebrações, geralmente em cantigas e rezas, enquanto o português predomina.

Além de ter a participação de múltiplas pessoas, nas celebrações se fazem presentes os santos e espíritos do mato ou *hitchis*; como donos e cuidadores das florestas, selvas, matas e pedras *Káarsch*, da água e dos peixes *hitchi tuúrsch*, da planície ou campo *schóes* dos animais *henaschírsch-tí*, dos frutos cultivados *toírsh*

com eles e elas se dança, alimenta-se e conciliam-se durante todo o carnaval (PACINI, 2012. p. 84).

Por conta dessa situação, várias ações de revitalização têm sido promovidas. Em Lomerío, Bolívia, houve reuniões para resgatar a autodenominação do povo e da língua, destacando o valor cultural do *Bes+ro*. Em uma dessas reuniões, Parapaino declarou que “o nome *monkox* se tornou um tributo aos ancestrais, enquanto a língua, agora chamada de *Bes+ro* foi definida como *correta* ou *reta*, reafirmando o valor da cultura Chiquitana” (PARAPAINO, 2003, apud SANTANA, 2012, p. 110).

No entanto, no Brasil a língua enfrenta desafios significativos em relação à sua preservação, pois, como muitas línguas indígenas, tem visto uma diminuição no número de falantes, especialmente entre as gerações mais jovens.

Pela análise dos resultados das entrevistas feitas para a pesquisa aqui apresentada fica claro que a língua Chiquitano, nessas comunidades, deixou de ser transmitida aos filhos há mais de cinquenta anos. Na faixa etária entre os 12 e 27 e 30 e 47 anos, a totalidade deles não fala e nem entende o Chiquitano. Menos da metade das pessoas acima de 60 anos (41,2%) sabe essa língua. Quando questionados se gostariam de que a língua Chiquitano fosse ensinada na escola, 100% dos mais idosos se posicionaram favoravelmente; 80% dos entrevistados na faixa etária entre 30 e 47 anos se mostraram interessados desde que pudessem contar com livro, material escrito, professor. Entre os mais jovens verificou-se uma aceitação progressiva. A língua Chiquitano é algo novo para eles, de modo que se torna difícil estabelecer uma relação de afinidade, principalmente se se levar em conta o desprestígio conferido às línguas indígenas pela sociedade majoritária. (CINTRA, 2006)

Através da pesquisa podemos identificar que a língua *Bes+ro* deixou de ser passada para as novas gerações há mais de 50 anos, o que resultou na perda da fluência entre os mais jovens. Entre as faixas etárias de 12 a 47 anos, ninguém fala ou entende o idioma, e apenas uma parte dos mais velhos (acima de 60 anos) ainda conhece a língua.

Quando questionados sobre o ensino do Chiquitano nas escolas, os mais velhos demonstraram grande interesse, mas os mais jovens têm dificuldades de se conectar com a língua, provavelmente por causa do preconceito contra as línguas indígenas. Isso indica que, além de um esforço das comunidades para preservar o

idioma, é necessário apoio educacional e uma mudança na forma como a sociedade vê as línguas indígenas para que elas possam ser valorizadas novamente.

Apesar dos desafios para preservar a língua *Bes+ro*, os Chiquitanos mantêm práticas culturais que conectam o passado ao presente, como rituais, danças e músicas. Essas manifestações fazem parte do patrimônio imaterial, que será analisado no próximo capítulo.

1.2.2 Vestimentas Tradicionais

A Cultura é um conceito amplo que envolve o conjunto de valores, crenças, costumes e práticas de uma sociedade. Ela se manifesta tanto em elementos materiais, como os artesanatos, as vestimentas e culinária, quanto em elementos imateriais, como as tradições, a língua e músicas, etc.

A cultura vive em constante transformação, sempre adaptando às novas influências e contextos sociais. Segundo o dicionário Dicio, cultura é definida como o conjunto de tradições, conhecimentos, saberes e práticas sociais que caracterizam um grupo humano. Assim, a cultura reflete a identidade de um povo e influencia diretamente a forma como ele interage com o mundo.

O povo Chiquitano é rico em Cultura, principalmente quando falamos em materialidade. Esses povos vivem e vivenciaram grandes transformações, uma delas foi referente as vestimentas tradicionais, pois sofreram transformações ao longo dos anos, influenciadas tanto pela colonização quanto pela modernização.

A vestimenta tradicional, antes simples e marcada por tecidos de algodão, passou a incorporar elementos da cultura ocidental, principalmente após o contato com missões jesuítas, que influenciaram profundamente os hábitos culturais desse povo (Garcia, 2010, p. 50).

Embora muitos Chiquitanos atualmente usem roupas convencionais, ainda há uma valorização dos trajes utilizados em festividades culturais, como o *Carnavalito* (carnaval Chiquitano), onde é possível observar o uso de roupas típicas que mesclam cores vibrantes e símbolos ancestrais.

Na imagem abaixo podemos observar os trajes usados pelas indígenas Chiquitanas em um evento comemorado na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade- MT.

Figura 1

Mulher Chiquitana vestidas de Tipoy (roupa típica chiquitana)



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024).

Em minha participação na comunidade Chiquitana e vendo minha avó fabricar as roupas Típicas, posso contribuir dizendo as características das roupas usadas por eles. Geralmente as mulheres usam uma vestimenta chamada *Tipoy*, onde a mesma na antiguidade era feita de saco, e atualmente modernizada.

A vestimenta trata-se de um vestido comprido, longo até as canelas, uma roupa simples feita de algodão cru, tecidos por eles, as vezes feitas de sacos ou cetim. Geralmente esses vestidos tem um formato reto e sem manga, possuindo babados no busto e na barra do vestido, dando a impressão de que a roupa é amarrada nos ombros. As vestimentas costumam ter cores vibrantes e bordados feitos a mão, sempre com menções a natureza, como araras, arco-íris e símbolos indígenas.

Fotografia 2

Roupa Típica Chiquitana – TIPOY



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024).

Já as roupas masculinas são calças até as canelas e camisa de manga comprida. Como a maioria desses povos trabalhavam e trabalham na lavoura ou em serviços artesanais, as roupas eram feitas de mangas compridas ou túnica semelhante a um saco que cobria o corpo todo, a fim de protegê-los do sol.

Por serem feitas a mão acabam se tornando peças únicas, ricas em cultura e tradição, geralmente passadas por gerações e fabricadas pelas mulheres Chiquitanas a fim de vestir toda a sua família.

1.2.3 A Música e o Instrumento Musical

A palavra *música* é definida pelo Dicionário Aurélio como: a arte e ciência de combinar sons de modo agradável ao ouvido e expressão de ideias e sentimentos através do som (AURÉLIO, 2024). Na tradição Chiquitana, a música é muito mais do que uma forma de arte; é um elo cultural que conecta gerações, expressando a história, espiritualidade e identidade do povo Chiquitano.

A música Chiquitana reflete uma rica mistura entre tradições indígenas e influências missionárias jesuítas, simbolizando a herança cultural do povo Chiquitano. Um dos principais exemplos dessa manifestação é o *carnavalito*, uma celebração que combina aspectos de crença e cultura.

Conforme celebrado, o *carnavalito* é vivido pelos Chiquitanos como uma festa que dá fim ao carnaval, findando o fim de um ciclo para iniciar outro, na celebração é feito todo um ritual, incorporando elementos da natureza, bonecos, ritmo e alegria.

Os instrumentos utilizados pelos povos Chiquitanos é o *Fífano*, Flauta, Bumbo e Caixa, todos fabricados à mão, feitos pela comunidade a fim de utilizar em celebrações.

Para que haja música, eram confeccionados e utilizados pelos Chiquitanos o pífano, o bumbo e a caixa, instrumentos de percussão básicos para os momentos festivos do *curussé* (SOARES, 2023, apud PACINI, 2023.)

Além disso, essa festa simboliza uma conexão com a crença e a identidade étnica dos Chiquitanos, firmando-se como um espaço de fortalecimento cultural e comunitário. O antropólogo Pacini ressalta a dos eventos propostos pela comunidade indígena Chiquitana:

[...] O som da caixa marca o início da dança, evidenciando a importância dos instrumentos musicais para as celebrações Chiquitanas: “quando bate a caixa o bugre pula!” (SOARES, 2023, apud PACINI, 2012)

Assim o autor nos recorda sobre a importância o instrumento musical tem para a comunidade indígena Chiquitana.

Fotografia 3

Caixa, instrumento utilizado nas apresentações



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024).

Na comunidade Chiquitana pude observar como os artesões fabricavam os instrumentos musicais. Onde para a fabricação da caixa e do bumbo, utiliza-se madeira de cerne, uma matéria-prima reconhecida por sua resistência e qualidade. Inicialmente, a tora de madeira é cortada no tamanho desejado, que varia de acordo com o instrumento. O bumbo, por exemplo, requer uma tora maior do que a usada para a caixa de percussão.

Após o corte, a madeira é escavada internamente para formar um anel oco, que servirá como base estrutural do instrumento. Em seguida, a superfície da madeira é alisada com lixa ou uma ferramenta como a esmerilhadeira, conferindo um acabamento uniforme.

Para finalizar, o anel de madeira é revestido na frente e no fundo com uma pele fina, geralmente de couro animal, que é amarrada às extremidades com cordas em um padrão de *zig-zag* para manter a tensão. Após a montagem, as cordas são ajustadas para a afinação do instrumento, sendo necessário afrouxá-las após o uso para aliviar a tensão.

No caso do bumbo, ele é tocado com uma baqueta revestida de borracha na ponta, produzindo um som grave, enquanto a caixa de percussão é tocada com duas baquetas finas, gerando um som mais agudo.

Fotografia 4

Instrumentos utilizados na apresentação do grupo artístico Chiquitano, Caixa;
Bumbo e Flauta



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024).

A *flauta* e o *pífano*, também conhecido como *fífano*, são instrumentos tradicionais feitos de bambu, cano de PVC ou metal. A fabricação começa com a

medida inicial do buraco de sopro: é necessário medir quatro dedos a partir de uma das pontas do cano e marcar o ponto onde será feito o buraco de sopro.

Em seguida, marca-se a localização dos furos para as notas. A partir do buraco de sopro, mede-se um palmo pequeno entre o polegar e o indicador e marca-se o ponto onde o indicador chega para o primeiro furo. A partir desse furo inicial, mede-se uma distância de dois dedos e marca-se o próximo furo, repetindo essa medida até que seis furos estejam alinhados ao longo do cano.

Depois, realiza-se a medida final e o corte do cano, medindo quatro dedos a partir do último furo em direção à ponta oposta, onde o corte será feito. Para garantir a vedação, o cano é tampado com cera, cortiça ou outro material flexível, deixando a vedação a 2 mm acima do buraco de sopro.

Por fim, a afinação do instrumento é ajustada cuidadosamente nos furos e na vedação do buraco de sopro, de forma que o instrumento emita as sete notas musicais (Dó, Ré, Mi, Fá, Sol, Lá, Si).

A principal diferença entre o *pífano* e a *flauta* está na posição e no formato do buraco de sopro. No *pífano*, o buraco de sopro é feito na extremidade, e o instrumento é tocado na posição vertical. Já na *flauta*, o buraco de sopro está mais próximo do centro do cano, e o instrumento é tocado na posição horizontal, levemente inclinada. Assim, são confeccionados dois dos instrumentos mais populares entre a comunidade indígena Chiquitana.

1.2.4 Dança Tradicional

A dança é uma expressão cultural de grande importância para o povo Chiquitano. Ela faz parte das tradições que conectam as pessoas da comunidade com sua história e identidade, sendo também uma forma de resistência cultural.

Um exemplo notável é a dança da *Chovena* de roda, uma dança tradicional em que os Chiquitanos dançam em círculos, arrastando os pés ao som de instrumentos típicos como a flauta, o bombo e a caixa. “Esta dança expressa a união e celebra a conexão do povo com a natureza e com seus antepassados, revigorando o sentido da vida e da identidade chiquitana” (GRANDO; QUEIROZ, 2013, p. 456).

Atualmente o grupo de Dança Chiquitano da cidade de Vila Bela é composto por crianças e idosos, onde as crianças participam das apresentações como uma esperança de que será mantido a cultura de seu povo.

Fotografia 5

Grupo de Dança Chik-Bela, Grupo de Dança Mirim



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024).

Nas apresentações são mantidas as roupas típicas, pinturas e acessórios, fortalecendo o que chamamos de identidade cultural.

Fotografia 6

Anciã com trajes de dança



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024)

A *Chovena* de roda está presente nas festividades do povo Chiquitano desempenhando um papel central na cultura, a dança é composta por uma coreografia de arrasta pés, dando pequenos passos e fazendo círculos onde casais entram dentro da roda e fazem coreografias.

Outra festividade celebrada pelo povo Chiquitano é o *carnavalito* que acontece antes da Páscoa. Durante essa celebração, o ritmo alegre e a participação coletiva reforçam os laços da comunidade. “Esse evento também é caracterizado por suas improvisações, o que permite que cada dançarino expresse sua individualidade dentro do grupo, simbolizando a coexistência da tradição e da renovação cultural” (GRANDO; QUEIROZ, 2013).

Para os Chiquitanos, a dança não é só uma festa ou celebração cultural. Ao dançar, os eles mantêm viva a memória de seus ancestrais e reafirmam sua conexão com as tradições herdadas, apesar dos desafios enfrentados ao longo dos anos.

1.2.5 O Artesanato Chiquitano

O artesanato é rico em cultura e tradição dessa comunidade indígena. Os Chiquitanos são conhecidos por suas habilidades em trabalhar com materiais naturais, criando peças que refletem sua conexão com a natureza. As principais formas de artesanato incluem a cestaria, que utiliza palha e fibras de plantas locais para produzir cestos, abanadores, bolsas e outros utensílios.

Fotografia 7

Cestos e Abanadores - Artesanato Chiquitano



Fotografia 7. (Grando e Queiroz, 2013).

Além disso, a marcenaria é uma prática comum entre eles, com a confecção de objetos de madeira que muitas vezes são utilizados como móveis e utensílios para casa, se tornando para muitos uma grande fonte de renda.

Fotografia 8

Fruteira- Trabalho feito de Madeira por Artesões Chiquitanos



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024).

Os artesanatos são ensinados de gerações e gerações, a Associação ChikBela cria projetos que incentivam as crianças e adultos a aprenderem a fabricar o artesanato. A prefeitura da cidade costuma utilizar amostras do artesanato como decorações em eventos e comemorações que a cidade realiza, mostrando a importância e valorizando o trabalho dos artesãos da cidade. Contribuindo também com a economia local.

Fotografia 9

Oficina de Artesanatos, Associação Chiquitana de Vila Bela



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024).

Além dos artesanatos apresentados, o povo Chiquitano são conhecidos por fabricam utensílios de beleza utilizando recursos naturais, como anéis de coco, pulseiras de penarias e sementes, assim como colares, cocares, tiaras etc.

1.2.6 O Curandeirismo Como Medicina Natural

A prática da benzedeira, preservada até os dias atuais pelas comunidades indígenas da região, também é fundamental na cultura de Vila Bela, podendo ser classificado como um patrimônio imaterial, já que segundo SILVA e CAETANO, 2021. p. 17, 'A benzeção permanece como uma forma de resistência cultural, preservando a espiritualidade e o saber ancestral em face das pressões do capitalismo e da colonização'. A benzedeira é uma prática profundamente enraizada na sabedoria popular, conectando os Chiquitanos com sua espiritualidade e com o ambiente natural que os cerca.

Fotografia 10

Pajé realizando Curandeirismo



Fonte: arquivo pessoal da autora (2024)

O Pajé na foto realiza o processo de benzedeira ou curandeirismo, utilizando apenas um galho de árvore com folhas verdes, e uma oração na língua *Bes+ro*, língua materna dos povos indígena Chiquitano de Vila Bela. A pessoa na Foto sou eu, aos meus 14 anos, onde me queixava de fortes dores na cabeça e fui submetida a passar pelo processo de curandeirismo, já que mesmo com medicamentos laboratoriais as dores persistiam, ousou a dizer que jamais senti tanta dor, ou sequer me lembro do quão forte era a dor que sentia.

O senhor de etnia Chiquitana, titulado pelo Sistema Cacicado Antônio Eudes Leite, como PAJÉ, ao realizar o processo de benzedeira, dizia palavras fazendo o sinal da cruz. O que remete ao período de colonização dos povos jesuítas na região. já que apesar de serem politeístas, mencionam o catolicismo em quase todos os atos.

Desde a criação do mundo o ser humano jamais ficou livre de patologias e enfermidades, por isso a ciência de tempos em tempos evolui, com o objetivo de se alcançar a cura para todas as doenças e contribuir com a saúde populacional. Porém ao estarem doentes, pessoas recorrem ao que for preciso para alcançar a cura da enfermidade, seja ela física ou espiritual. E assim, muitos ao não terem a cura científica, recorrem ao curandeirismo. Segundo SILVA e CAETANO, 2021. Pág.03, “a doença não está dissociada da realidade social das pessoas, uns procuram médicos, enfermeiros e farmacêuticos, enquanto outros buscam atendimento junto aos benzedores e benzedeadas”.

Essas escolhas revelam não apenas a pluralidade de crenças e práticas culturais, mas também a necessidade de acolher diferentes perspectivas na busca pelo bem-estar e pela saúde. Assim, compreender essas diversidades é essencial para um olhar mais humano e inclusivo sobre o cuidado com a saúde advindas de outras tradições.

A comunidade Chiquitana, mantém o respeito absoluto ao se referirem ao Pajé, o titulado carrega o título até o dia de sua morte, onde só aí o Sistema Cacicado elege outro Pajé, caso o mesmo não tenha um filho para sucedê-lo.

2 A CULTURA CHIQUITANA EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE E O PATRIMÔNIO IMATERIAL

A cultura é a expressão viva da identidade de um povo, formada por suas práticas, e tradições transmitidas de forma ancestral. No caso do povo Chiquitano, sua cultura reflete uma rica herança ancestral, marcada por elementos que integram o cotidiano e as celebrações comunitárias, reforçando sua conexão com o território. Em Vila Bela da Santíssima Trindade, essa cultura ganha contornos específicos, ao mesmo tempo em que dialoga com a história local e os desafios contemporâneos.

A cultura Chiquitana pode ser definida como o conjunto de tradições e práticas que refletem a identidade desse povo. Entre seus elementos marcantes estão os rituais religiosos, as músicas e danças tradicionais, os trajes típicos (como o *tipoy*) e os saberes transmitidos oralmente. Essa transmissão é fundamental para preservar a história do povo, pois garante que valores, mitos e conhecimentos sejam perpetuados. Outro aspecto central é a relação próxima dos Chiquitanos com a natureza, que molda suas práticas espirituais e formas de organização social, evidenciando sua profunda conexão com o ambiente ao redor.

Nesse contexto, é importante destacar o conceito de patrimônio imaterial, que compreende práticas, expressões e conhecimentos que fazem parte da identidade cultural de uma comunidade. De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), o patrimônio imaterial inclui tradições orais, rituais, festas e saberes relacionados à natureza e ao universo.

Diferentemente do patrimônio material, que envolve objetos e construções, o patrimônio imaterial está vivo e em constante transformação, sendo recriado pelas comunidades que o praticam. É, portanto, um elemento fundamental para preservar a diversidade cultural e garantir que essas manifestações sejam reconhecidas e valorizadas.

Na cidade de Vila Bela onde vivem os povos Chiquitanos do lado Mato-grossense, a cultura possui características únicas que a tornam essencial para a identidade local. Possuindo uma história rica, marcada por influências diversas que incluem os povos originários, africanos e europeus. Nesse cenário, os Chiquitanos desempenham um papel central na preservação de tradições ancestrais que resistiram ao tempo.

As músicas tocadas com instrumentos como *flautas*, *pífanos* e caixas acompanham rituais e celebrações que misturam elementos indígenas e cristãos, resultado de um rico processo de sincretismo cultural. Os trajes típicos, como o *tipoy*, são símbolos de pertencimento, enquanto práticas tradicionais, como as realizadas por benzedores e benzedadeiras, mantêm vivas formas de cuidado e espiritualidade que dialogam com as necessidades contemporâneas.

A cultura Chiquitana em Vila Bela é um exemplo de resiliência e adaptabilidade. Em uma cidade marcada pela convivência de diferentes grupos culturais, os Chiquitanos seguem como guardiões de práticas e saberes que ajudam a preservar a memória coletiva e a identidade da região. Proteger esse patrimônio imaterial não é apenas uma forma de valorizar sua cultura, mas também de garantir que futuras gerações possam aprender, respeitar e se inspirar na riqueza dessa herança cultural.

O reconhecimento do patrimônio cultural imaterial vai além da preservação das tradições; ele exige também a valorização da memória coletiva e a implementação de políticas públicas eficazes. Assim, o próximo capítulo abordará como a memória dos Chiquitanos se relaciona com o reconhecimento institucional de sua cultura.

2.1O Reconhecimento e a Autodeclaração dos Povos Chiquitanos em Vila Bela da Santíssima Trindade

Desde já, aproveito a oportunidade para me apresentar aos leitores. Meu nome é Karolina Camila Coelho da Silva, filha de mãe preta e pai branco, nascida e criada na comunidade vilabelense. Em relação à autodeclaração, identifico-me como preta quilombola. No entanto, reconheço que, ao longo da vida, não convivi plenamente com as vivências e tradições que constituem a essência do que é ser quilombola.

Desde a infância, estive inserida na comunidade indígena Chiquitana, devido à convivência com minha avó-drasta, Sra. Vanda de Copacabana Vilas Boas, que foi casada com meu avô Altair por 42 anos.

Desde o meu nascimento, compartilho momentos e vivências que me conectaram diretamente com a cultura e os costumes da comunidade indígena Chiquitana de Vila Bela.

Recordo-me de minha avó me contando como surgiu seu interesse pela cultura e história de seu povo, segundo ela, em 1999, ao observar-se no espelho,

questionava-se sobre suas origens, questionando-se: “O que será que eu sou ? Não sou negra como muitos aqui, tampouco branca como alguns. Preciso descobrir minha história.” Foi a partir desse momento que iniciou um processo de levantamento e pesquisa sobre sua ancestralidade. Minha avó buscava respostas com base em sua aparência física, estrutura corporal, costumes e características culturais que pudessem elucidar sua origem.

Após descobrir suas raízes e autodeclarar-se, minha avó começou a transmitir sua história à família e à comunidade, destacando a importância da autodeclaração como forma de reconhecimento e visibilidade. Recordo-me de acompanhar minha avó em visitas às casas de membros da comunidade Chiquitana para contar a verdadeira história deste povo. Nesse processo, ela enfrentou inúmeras dificuldades, recordo-me de um episódio marcante ocorrido em 2023, quando ela passou a sofrer ameaças de morte e desmotivação, tanto por parte de fazendeiros quanto da própria comunidade. Apesar da pressão, ela persistiu, dando início a um movimento em prol da valorização e preservação cultural.

No início, os indígenas Chiquitanos sentiam vergonha de se autodeclarar. Muitos tinham receio em relação ao idioma, à música e, principalmente, à dança. Foi nesse contexto que minha avó decidiu agir. Ela aprendeu a confeccionar instrumentos musicais, roupas típicas, a dançar e a compor músicas que narrassem a história de seu povo. O objetivo era claro: facilitar o acesso ao conhecimento e ampliar a visibilidade da cultura Chiquitana, desconstruindo preconceitos enraizados.

Formamos então em 2011, após o nosso primeiro bloco de carnaval, um grupo de dança indígena Chiquitano, que se chamava *ChickBela*, a junção de Chiquitanos com Vila Bela, esse grupo a princípio era composto por minha prima Fabíola, meus primos Vinícius, Iasmim e Emilly, meu irmão Douglas, minha irmã Brenda e eu. Aos 8 anos de idade eu já cantava em espanhol e no dialeto Chiquitano, todos ficavam fascinados ao me ver cantar e dançar em outra cultura e até me apelidavam de “*Karol Chiquitana*”, nós dançávamos as danças tradicionais e participávamos de eventos promovidos pelas comunidades indígenas da região do Portal do Encantado (comunidade indígena aldeada da fronteira Brasil-Bolívia).

Todas essas iniciativas buscavam inspirar os povos indígenas de Vila Bela a valorizar e reproduzir sua própria cultura. Embora nossa inserção na comunidade tenha sido aceita, temos consciência de que não fazemos parte dela por laços

sanguíneos. Ainda assim, posso afirmar que sou indígena Chiquitana de coração. O conhecimento, as práticas e os costumes compartilhados me conectam profundamente a essa identidade. Contudo, diante dos critérios adotados pela banca examinadora em avaliações étnicas, sou reconhecida formalmente como quilombola, o que sempre tenho que me autodeclarar.

Entendo esse processo de autodeclaração e do reconhecimento dos povos indígenas como fontes fundamentais de afirmação identitária. A autodeclaração de uma etnia como a povo indígena Chiquitano é essencial quando nos referimos ao reconhecimento de seu patrimônio.

A partir do momento em que essa comunidade indígena enfrentou a barreira da invisibilidade e aceitação, ela disse a sociedade quem ela é; quais são suas práticas; seus saberes; seu passado e principalmente, garantiu direitos de populações étnicas, como o exposto no artigo 216 da Constituição Federal, onde respalda a essa população étnica, o direito de proteger e preservar sua cultura.

Em Vila Bela da Santíssima Trindade, a comunidade Chiquitana passou por um processo importante de valorização cultural, impulsionado pela autodeclaração como povo indígena. Segundo Faustino (2010), “o processo de colonização teve por objetivo expandir o sistema mercantil português utilizando a mão de obra escrava dos indígenas” (FAUSTINO, 2010, p. 98).

Esse histórico de dominação e aculturação refletiu-se na perda de práticas culturais tradicionais, mas, nas últimas décadas, os Chiquitanos têm resgatado suas práticas, rituais e músicas, buscando preservar sua memória cultural.

A autodeclaração indígena é muitas vezes um ato de resistência contra a invisibilidade e o apagamento cultural, ajudando os povos originários a retomarem o protagonismo de sua história e de suas práticas culturais.

segundo DOURADO, 2022, pag. 243, “as estratégias de invisibilidade do Chiquitano eram reforçadas à medida que esse povo entendia ser desnecessária sua autoidentificação”. Tudo isso como estratégia utilizada pelos povos Chiquitanos, a fim de passarem por despercebidos frente aos governos locais, temendo uma nova exploração e colonização.

No caso dos Chiquitanos, o ato de se auto declarar como povo indígena Chiquitano veio junto com a criação de uma Associação, a Associação Étnica Cultural

Chiquitana, que tem sido fundamental para fortalecer a identidade e proteger o patrimônio cultural do povo.

Além da associação, a comunidade Chiquitana também levantou o Sistema Cacicado, chamado Sistema Cacicado Antônio Eudes Leite.

A associação além de estar envolvida com os assuntos culturais, está ligada a outra entidade chiquitana para o apoio as comunidades e seus processos de organização, o Sistema de Cacicado Antônio Eudes Leite, a qual leva o nome do padrao de dona Vanda, quem liderava até antes de morrer a luta territorial em Vila Bela. A entidade tem um modelo ligado à organização sociopolítica tradicional da Chiquitanía, onde estão registrados todos os caciques e vice caciques, aqueles que juntam todas as inquietudes das comunidades, e que lideram e apoiam os processos de auto identificação Chiquitana na região (PAIPILLA. 2021. Pág. 100)

Ao longo da história, os Chiquitanos foram submetidos a um processo de aculturação, ou seja, a assimilação de outras culturas e a perda de suas tradições, devido ao contato com outras sociedades e à colonização.

No entanto, nas últimas décadas, houve um movimento para recuperar tradições e costumes antigos, buscando reconhecimento tanto no nível local quanto nacional. Esse processo inclui o reconhecimento de suas línguas, saberes tradicionais, práticas religiosas e rituais, que são essenciais para preservar a memória cultural dos Chiquitanos. Além de uma luta imensa contra o preconceito e a falta de informação.

os Chiquitano se sentiam menosprezados ao serem tratados como bugres. Essa palavra, conforme se constatou nas entrevistas, representava todas as vozes opressoras com as quais eles mantiveram contato e que tanto os incomodavam. “Chamavam de bugre, não gostava de jeito nenhum, aqui a gente nunca se fala bugre, só índio ou brasileiro” (Lucina Parava Ramos). (CINTRA, 2006)

outro relato que a autora coloca sobre o preconceito e represália sofrida pelos povos Chiquitanos é da indígena Chiquitana Mikaela Surubi, que confirmou dizendo:

Nós não gostava, porque muitos reparava, né na gente, hã hã. Falavam que se nós conversava assim, era feio, bugre, chamam de bugre, e daí foi deixando, foi deixando, nem as crianças, nem os velho conversa (Mikaela Surubi). (CINTRA, 2006)

Nesse contexto, a autodeclaração tornou-se uma ferramenta essencial para que o povo Chiquitano reivindique seus direitos e lutem contra a opressão. Esse reconhecimento também abriu o caminho para que eles tivessem acesso a políticas públicas como direitos as cotas indígenas, á bolsas de estudos, cursos locais específicos, verbas e o reconhecimento de sua cultura.

Percebe-se, assim, que através do discurso eles vêm reforçando sua identidade. Ao se reunirem para o estudo da língua, os Chiquitano se interagem, falam de sua cultura, lembram-se do passado, enfim, reconhecem-se como índios. Isso lhes permitiu fortalecer seu lugar de pertencimento, porque fizeram circular o sentido de ser índio, marcando a partir daí a sua territorialidade. (CINTRA, 2006)

Esse movimento de autodeclaração fortalece as bases da identidade do povo Chiquitano, que, ao se reconhecer como indígena, reafirma a importância de sua cultura para o Brasil. A partir do momento em que a comunidade se autodeclara, sua luta por reconhecimento passa a ser legitimada tanto pelas instituições governamentais quanto pela sociedade em geral, que começa a valorizar a contribuição histórica e cultural dos Chiquitanos.

Vila Bela da Santíssima Trindade teve líderes importantes que lutaram e lutam até os dias atuais para o reconhecimento e autodeclaração desses povos. Minha avó, Dr^a Vanda de Copacabana Vilas Boas por exemplo, é uma figura significativa no processo de reconhecimento e valorização da cultura dos povos indígenas, incluindo a comunidade Chiquitana. Ela é uma líder e ativista indígena, reconhecida por seu trabalho em prol da preservação das tradições e direitos dos povos indígenas.

A liderança se refere a cinco aspectos fundamentais para o início do grupo, a dança, a música, a comida, a festa e o trabalho colaborativo que são fines de articulação e identificação para o Povo Chiquitano. (FERNÁNDEZ. 2021. p. 100)

Por ter sido uma ativista focada exclusivamente na comunidade Chiquitana, sua trajetória e contribuição ao movimento indígena no Brasil inspiraram muitas lideranças indígenas a seguir com o trabalho de preservação e promoção da cultura e identidade Chiquitana. Sua influência também foi importante para a construção de

alianças entre diferentes povos indígenas, fortalecendo o movimento pela defesa do patrimônio cultural imaterial e pelo reconhecimento de direitos territoriais e culturais.

Em 2023 ela recebeu o título de *Doutora* em reconhecimento ao seu trabalho e à sua dedicação na luta pelos direitos dos povos indígenas e pela preservação das culturas indígenas. Esse título foi atribuído em um contexto simbólico, como uma forma de honrar sua contribuição na defesa das tradições e na promoção da educação e do reconhecimento dos povos indígenas no Brasil, o que lhe garantiu o respeito e o título de Doutora Honoris Causa, título este que foi concebido pelo instituto IFMT. Em uma reunião celebrada na cidade de Vila Bela com a presença do consulado boliviano, a fim de discutir o direito a nacionalidade brasileira dos povos Chiquitanos fronteiriços, foi estabelecida a Lei nº 1.596/2023 de Vila Bela da Santíssima Trindade onde institui o Dia de Conscientização e Comemoração da Chiquitania, celebrado em 8 de agosto.

Entre os artigos mais relevantes:

Art. 1º É instituído o dia de conscientização e comemoração da Chiquitania de Vila Bela da Ss. Trindade - MT, a ser comemorado anualmente no Município no dia oito de agosto de cada ano. Parágrafo único. Esta festividade será inclusa no calendário oficial do município.

Art. 2º Os Eventos serão planejados pelas Associações Étnicas Cultural Chiquitana, com participação direta do governo municipal.

Art. 4º As Programações terão a participação direta e efetiva do governo municipal com disponibilização de recursos financeiros para custear as despesas provenientes.

Art. 5º O recurso que se refere no art. 4º será de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura e parceria com a Secretaria Municipal de Igualdade Racial.

Parágrafo único. Esta festividade será inclusa no calendário oficial do município. (Lei nº 1.596/2023)

Eventos de conscientização são essenciais para a aceitação, participação e entendimento da comunidade, a autodeclaração e a criação de organizações, como a Associação Étnica Cultural Chiquitana, refletem a luta pela preservação e fortalecimento da identidade Chiquitana, que vem buscando o protagonismo de sua história frente a desafios locais.

Por outro lado, há limitações que merecem atenção. No ano de 2024 a Associação Étnica Cultural Chiquitana de Vila Bela, junto ao Sistema Cacicado Antônio Eudes Leite emitiu uma nota de repúdio contra a instituição UNEMAT do Polo

da cidade de Cáceres, por ter uma aluna indígena Chiquitana com a matrícula cancelada, pós não ser reconhecida como indígena pela instituição.

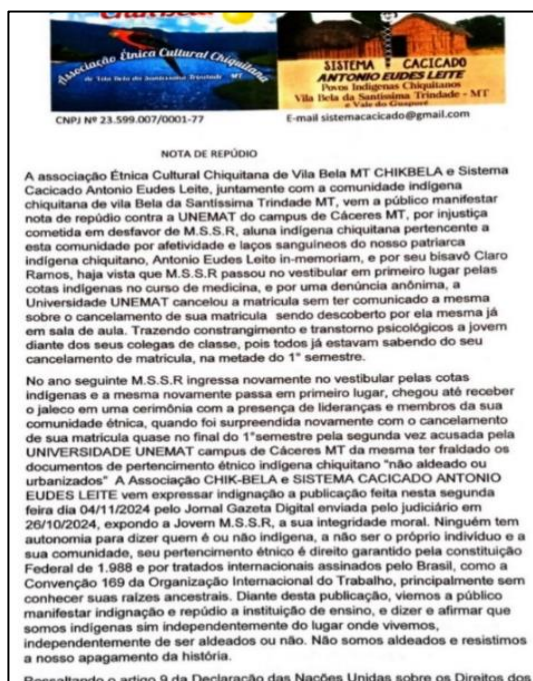
A associação afirma que a aluna de nome abreviado M.S.S.R é indígena Chiquitana, cadastrada no Sistema Cacicado e reafirma que indígenas são indígenas independentemente de estarem aldeados ou não, e destaca: Não somos aldeados e resistimos ao nosso apagamento da história (2024, Associação Étnica Cultural Chiquitana).

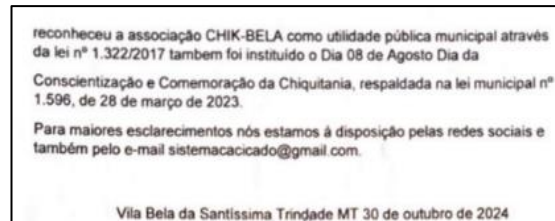
O caso envolveu uma ex-estudante do curso de Medicina da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Cáceres, que teve sua matrícula cancelada após ter sido aprovada pelo sistema de cotas destinado a candidatos indígenas. A Comissão Procedimental de Verificação Étnico-Racial concluiu que ela não preenchia os critérios para ser considerada indígena. A estudante alegava pertencer à comunidade Chiquitana e demonstrou ascendência indígena, mas a decisão administrativa determinou seu desligamento do curso.

A jovem recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra essa decisão, argumentando violação ao princípio da legalidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Conforme relatado por MENDES, Vinicius (2024), o ministro Dias Toffoli, contudo, negou o recurso. Ele avaliou que a questão não apresentava repercussão geral, um requisito para que o STF examine o caso. Toffoli destacou que a argumentação não apresentou relevância econômica, política, social ou jurídica suficiente para justificar a intervenção do tribunal.

Fotografia 11

Nota de Repúdio – contra UNEMAT





Fonte: instagram: @associacaochikbela (2024).

A nota de repúdio anexada reflete manifestações contrárias à decisão e apoio à estudante, considerando aspectos da identidade indígena e o contexto das comunidades Chiquitanas.

O processo envolvendo cotas para ingresso no ensino superior no Brasil funciona com base na Lei nº 12.711/2012, que regula as ações afirmativas para estudantes de escolas públicas, afrodescendentes, indígenas e pessoas com deficiência. Essa lei reserva um percentual de vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para esses grupos.

No entanto, além da autodeclaração, algumas universidades utilizam comissões de verificação étnico-racial para avaliar a veracidade das informações declaradas pelos candidatos.

O processo de verificação funciona da seguinte forma, no ato da inscrição, o candidato que deseja concorrer pelas cotas precisa se autodeclarar como pertencente a determinado grupo étnico-racial ou apresentar documentação comprobatória de sua origem.

Muitas universidades formam comissões especializadas para validar as autodeclarações. Essa análise pode incluir entrevistas presenciais, avaliação de características fenotípicas (no caso de cotas para negros) e documentação que comprove vínculo com comunidades indígenas, como registros ou declarações de lideranças tradicionais.

De acordo com PESSALI, Valente Reis, 2022, sobre as Cotas para quilombolas ou indígenas: é necessário comprovar o pertencimento a referidos grupos sociais.

Se a comissão identificar inconsistências ou falta de critérios para enquadramento, o candidato pode ter sua matrícula negada ou cancelada. O estudante tem o direito de contestar a decisão em processos administrativos ou judiciais.

Caso a decisão administrativa seja desfavorável, o candidato pode recorrer ao Judiciário, alegando possíveis violações de direitos constitucionais, como igualdade e ampla defesa. O STF pode ser acionado em última instância se a questão for considerada de repercussão geral.

No caso específico da estudante de Medicina ela autodeclarou-se indígena e alegou vínculo com a comunidade Chiquitana. No entanto, a Comissão da UNEMAT concluiu que ela não preenchia os critérios.

MENDES. Vinicius, 2024, M.S.S.R. concorreu às vagas destinadas aos candidatos indígenas para o curso de medicina, mas a Comissão Procedimental de Verificação Étnico-Racial concluiu que ela não preenchia os critérios.

Apesar de argumentar no STF que sua ascendência indígena era legítima, o recurso foi negado porque o tribunal considerou que a questão não tinha repercussão geral suficiente para análise.

O processo da estudante indígena nos faz questionar sobre a subjetividade dos critérios de avaliação nas universidades, o impacto nas comunidades indígenas e as políticas de inclusão no Brasil. As decisões deveriam respeitar tanto a veracidade das informações quanto os direitos das comunidades indígenas reconhecidas.

3 DIREITO À MEMÓRIA E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A memória é a capacidade humana de reter e recuperar informações sobre o passado, seja de experiências pessoais ou coletivas. Ela nos permite recordar eventos, emoções e aprendizados, e desempenha um papel fundamental na construção da identidade, tanto de indivíduos quanto de grupos. No contexto social e histórico, a memória também envolve a preservação de acontecimentos significativos para uma comunidade ou nação, como períodos de conquista, de luta, ou até de sofrimento e injustiça.

Podemos entender que a memória é uma entidade em constante mutação, por meio da qual se busca instrumento de múltiplas expressões ou faces. Seu estado é de constante formação, porque seu fim último é a formação de identidade variadas. (BEZERRA, 2014)

A memória ajuda a fortalecer a identidade de um povo, mostrando o quanto sua cultura é valiosa e única. As tradições Chiquitanas, por exemplo, é uma parte importante da história local. Mas, muitas vezes, essas memórias e costumes ficam invisíveis para o restante da sociedade.

O direito à memória é o direito de lembrar e preservar as histórias do passado, especialmente aquelas que envolvem acontecimentos importantes ou dolorosos, como guerras, abusos ou violações de direitos humanos. Esse direito garante que as pessoas possam conhecer e entender a história, para que erros do passado não se repitam no futuro. LE GOFF, 1990, pag. 179 destaca a vivência dos povos indígenas na América e relata “os Índios foram vencidos, conquistados, destruídos e assimilados; raramente as várias formas de imperialismo e colonialismo, do século XIX e princípio do XX, tiveram efeitos tão radicais” além disso o autor transmite a importância de se preservar a memória, reforçando a importância de reparar injustiças passadas. “A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (LE GOFF, 1990, p. 27).

Por isso o direito à memória é uma forma de dar voz às vítimas e reconhecer o sofrimento que viveram. Em resumo, o direito à memória busca manter vivos os

acontecimentos históricos para que todos possam aprender com eles e construir uma sociedade mais justa e consciente.

A preservação dessa memória é associada a espaços físicos socialmente instituídos e legitimados para sua custódia, tais como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, ou seja, os "lugares de memória", que conduzem às estratégias de preservação uma porta de entrada na longevidade dos suportes. (BEZERRA, 2014)

Quando valorizamos a memória do povo Chiquitano, estamos reconhecendo a importância deles na construção da nossa história e cultura.

O Brasil tem leis que reconhecem a importância de proteger a cultura desses povos. A Constituição Federal em seu art. 216 reconhece que o patrimônio cultural brasileiro inclui tantos bens materiais (como objetos e construções) quanto imateriais (como as músicas, danças, saberes e as celebrações).

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

ecológico e científico. (BRASIL, Constituição 1988).

As Organizações internacionais, como a UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), também reconhecem que é preciso proteger a cultura dos povos indígenas e Tribais. Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho, do ano de 1989, defende que as comunidades devem ser ouvidas antes de qualquer decisão que possa afetar sua cultura.

Sobre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção nº 169/1989, Art. 20 tem como requisito para a formação e levantamento de uma associação indígena a autodeclaração, afirmando que “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”.

As políticas públicas desempenham um papel central na proteção do patrimônio cultural. Quando falamos em preservação de patrimônios históricos, logo pensamos em tombamentos, pelo reconhecimento da importância dos bens culturais que teve suas primeiras manifestações durante a Revolução Francesa, onde introduziu a ideia de preservar monumentos como forma de proteger a memória histórica. Segundo Bezerra (2014):

É sabido que as ações direcionadas ao patrimônio cultural, principalmente as políticas para a salvaguarda dos bens, teve origem na Revolução Francesa, quando se desenvolveu a necessidade de preservar os monumentos com o objetivo de que fossem inseridos na memória, para impedir o esquecimento dos feitos do passado. Claro que essas ações referentes à memória estabelecem um plano direcionado a uma política de conservação dos bens. (BEZERRA, 2014)

Ações como essas, valorizam a memória coletiva e a identidade cultural de um povo.

No Brasil, os instrumentos como o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), são importantes para identificar e proteger as manifestações culturais que refletem sua história e valores.

A preservação do patrimônio é responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 13 de janeiro de 1937, com o intuito de proteger os bens representativos para a construção da identidade nacional. Após a promulgação legal, vários institutos, em nível estadual, também foram criados a fim de salvaguardar a memória e a identidade específica do seu povo. (MIRANDA, 2013)

A proteção constitucional do patrimônio cultural brasileiro representa um compromisso do Estado e da sociedade com a preservação da identidade cultural e histórica. Esse esforço visa garantir que os valores, saberes e expressões culturais

sejam resguardados, permitindo que a cultura seja transmitida às futuras gerações como parte essencial da herança coletiva. Sobre esse ponto, Miranda afirma:

A proteção do patrimônio cultural é medida que tem por objetivo possibilitar a evolução da humanidade em sua busca de conhecimento, liberdade e qualidade de vida, de forma harmônica e respeitosa com a natureza, a história e a memória de nossos antepassados, que produziram a cultura que nos cerca e que deve ser transmitida às gerações que ainda estão por vir. (MIRANDA, 2013)

A Colocação do autor reforça a conexão intrínseca entre patrimônio cultural e desenvolvimento humano, destacando que a preservação cultural é essencial não apenas para reconhecer a história, mas também para promover valores fundamentais como liberdade e qualidade de vida. Essa tarefa demanda uma atuação integrada entre o Estado e a sociedade, considerando a natureza coletiva desse bem jurídico.

Nesse contexto, a Constituição Federal, em seu artigo 216, confere ao Poder Público o dever de proteger o patrimônio cultural brasileiro. Essa proteção ocorre por meio de diversas ferramentas jurídicas e administrativas, sempre com a colaboração da comunidade. Sobre esse aspecto, Miranda esclarece:

a Constituição também determina no parágrafo primeiro do mesmo artigo, em tom imperativo e cogente, que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (MIRANDA, 2013)

Essa previsão constitucional evidencia o caráter cogente da proteção ao patrimônio cultural, exigindo ações concretas por parte do Poder Público e o engajamento social para a eficácia das medidas de preservação. Além disso, reflete a necessidade de adotar práticas sistemáticas, como inventários e tombamentos, para garantir a salvaguarda desse patrimônio contra os riscos de degradação ou desaparecimento.

É importante também destacar que o patrimônio cultural brasileiro é caracterizado como um direito difuso, pertencente a toda a coletividade. Isso significa que sua preservação é um dever que transcende o interesse individual, projetando-se

como uma responsabilidade coletiva para as gerações presentes e futuras. Nesse sentido, Miranda observa:

Enfim, tanto para o Poder Público quanto para os particulares, o patrimônio cultural brasileiro, como direito difuso (pertencente indistintamente a todos os cidadãos), é sempre indisponível e deve ser preservado em atenção, inclusive, às gerações futuras. (MIRANDA, 2013)

O autor ressalta a indisponibilidade desse direito, evidenciando que tanto os particulares quanto o Estado devem agir de forma ativa para garantir a permanência e a integridade dos bens culturais, promovendo o equilíbrio entre preservação e desenvolvimento social.

Entretanto, não é tão simples quanto parece, a preservação cultural enfrenta desafios nos dias atuais, como a urbanização e o desinteresse de gerações mais jovens. A valorização das tradições, aliada a iniciativas de documentação e educação, é essencial para garantir a continuidade desse patrimônio. Oficinas culturais, apresentações musicais e a inclusão da cultura Chiquitana em eventos regionais são formas eficazes de reforçar a identidade cultural do povo.

3.1 O Patrimônio e a Preservação Dos Bens Culturais em Vila Bela -MT

O povo Chiquitano, presente em Vila Bela da Santíssima Trindade, possui um patrimônio cultural único, que reflete sua relação com o território e as tradições herdadas de seus antepassados. Esse patrimônio, tanto material quanto imaterial, é essencial para a preservação da identidade cultural, que se mantém viva até os dias de hoje. Como destaca Bezerra (2014), o patrimônio cultural se caracteriza por sua riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, transmitidos de geração em geração e que se constituem na soma dos bens culturais de um povo.

Para que haja a inscrição de um patrimônio cultural imaterial é preciso seguir as diretrizes estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme o Decreto nº 3.551/2000. O processo inicia-se com a identificação do bem cultural, que deve ser de relevante histórica, social ou cultural para uma comunidade, grupo ou sociedade. Exemplos de bens imateriais incluem saberes,

celebrações, formas de expressão, modos de criar ou fazer, além dos lugares onde essas práticas ocorrem, conforme já citado no art 216 da CF.

Em seguida, é elaborada a produção de informações detalhadas sobre o bem cultural, como sua descrição, histórico, contexto cultural, modo de transmissão e continuidade, atores sociais envolvidos, além de registros audiovisuais e fotográficos. Uma etapa essencial do processo é a consulta à comunidade detentora do bem cultural, que deve concordar com o registro e participar ativamente da construção dessas informações, assegurando que o processo respeite os valores e interesses dos envolvidos.

Após essas etapas, as documentações são submetidas à análise técnica por especialistas do IPHAN, que verificam se o bem atende aos critérios estabelecidos para ser reconhecido como patrimônio cultural imaterial. Caso aprovado, o bem é inscrito em um dos quatro Livros de Registro do Patrimônio Imaterial, que são divididos em categorias: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

Após isso, o processo culmina na promoção e salvaguarda do bem cultural, por meio da criação de políticas públicas que garantam sua preservação, valorização e transmissão às futuras gerações. Importante ressaltar que essa inscrição não implica na apropriação do bem pelo Estado, mas sim no reconhecimento de sua importância e na criação de mecanismos para protegê-lo e promovê-lo.

A preservação dos bens imateriais do povo Chiquitano iria além de um simples registro; seria um compromisso com a continuidade de práticas e valores que definem a existência do povo Chiquitano. Porém, mesmo com leis e direitos, o povo Chiquitano enfrenta dificuldades para fazer com que sua cultura seja realmente reconhecida e protegida.

Pouco se tem de registros dos bens culturais desses povos, a FUNAI por exemplo, não fornece um mapeamento de bens culturais materiais e imateriais desses povos, nem sequer registro do povo Chiquitano em seu Site.

Na coleta de documentos, a maior dificuldade foi o acesso a eles, devido a alguns não se encontram digitalizados ou não são de uso público. Por outra parte, entidades governamentais oficiais, como a FUNAI, possuem pouca informação web sobre o povo Chiquitano no Estado de Mato Grosso [...] (FERNÁNDEZ, 2021. Pag. 27)

Uma forma de ajudar a preservar e valorizar a cultura do povo Chiquitano é fazer o mapeamento cultural. Isso significa registrar suas tradições, saberes e costumes, criando documentos que mostrem a riqueza de sua cultura.

Esse trabalho é importante porque garante que as futuras gerações conheçam e respeitem a cultura Chiquitana, ajudem a criar políticas públicas para proteger o patrimônio cultural e fortalecem a identidade do povo Chiquitano e sua visibilidade na sociedade.

Nesse sentido, os estudos e ações desse centro incluem a indexação e a microfilmagem do acervo do Museu do Índio (úteis no processo de demarcação de suas terras). Eles culminaram em um capítulo destinado aos povos indígenas na Constituição brasileira. (SORENSEN, 2013)

Ainda que leis que reconhecem a importância da cultura indígena, ainda há desafios, como a falta de políticas públicas eficazes para proteger as tradições e a invisibilidade histórica, ou seja, muitas pessoas não conhecem a história do povo Chiquitano e por isso encarreta ao preconceito e exclusão social.

Apesar de existir o Museu do Índio, nada se tem de registro do povo Chiquitano.

Os tombamentos e proteções ao patrimônio realizados nesta fase não valorizavam a diversidade cultural brasileira, sendo concedidos em esmagadora maioria a edifícios e bens relacionados com a cultura luso-brasileira. Em outras palavras, não se valorizavam bens culturais representativos da cultura indígena ou africana no Brasil. (SORENSEN, 2013).

Para superar esses desafios, é preciso que as instituições (como prefeituras, escolas e órgãos de cultura), a sociedade e o próprio povo Chiquitano trabalhem juntos. Isso inclui a criação de projetos que valorizem a cultura, investimento na educação e promoção do diálogo entre diferentes culturas.

Segundo dona Vanda, a luta pelas terras leva mais de 30 anos, onde os poderes públicos municipais e estaduais, mesmo a Funai, não tem reconhecido a presença chiquitana dentro da cidade e na área rural de Vila Bela. Para ela, o Povo Chiquitano lá, têm celebrações e conhecimentos naturais, ou seja, que fazem parte do cotidiano, entre os que estão a minga ou mutirão, e o carnaval. (FERNÁNDEZ. 2021. Pag. 47)

Preservar a memória do povo Chiquitano e garantir o reconhecimento de sua cultura não é apenas uma questão de respeito, mas também de justiça. Suas tradições, músicas, vestimentas e histórias são parte da riqueza cultural do Brasil e precisam ser valorizadas. Trabalhar para que essa memória não se perca é uma forma de garantir que a identidade Chiquitana continue viva e inspire futuras gerações. Repassar informações e desmitificar a cultura é uma grande iniciativa. Além disso:

A constituição de 1988 assegurou o direito à educação própria e diferenciada desde epistemologias, pedagogias, cosmovisões e metodologias dos povos indígenas próprias, que se regulariza em 1991 com a Educação Escolar Indígena. Daí as escolas indígenas passaram ser responsabilidade financeira do Ministério de Educação e acompanhadas pelos governos dos estados e municípios e pela autoridade oficial em temas indígenas, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na execução das ações educativas. (FERNÁNDEZ. 2021. Pag. 85)

Apesar dos desafios apontados, é evidente que a luta pela valorização cultural dos Chiquitanos tem avançado por meio de suas práticas comunitárias e esforços de autodeclaração, o que dificulta é o acesso aos bens Culturais desses povos.

Por fim, o fortalecimento da identidade cultural Chiquitana e a preservação de seus bens culturais são compromissos que transcendem a comunidade local. A proteção desse patrimônio enriquece a diversidade cultural brasileira e assegura que as futuras gerações tenham acesso às histórias, saberes e tradições que fazem parte da herança dos Chiquitanos, fortalecendo sua resistência frente às adversidades e seu lugar na memória nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender a riqueza cultural do povo Chiquitano, especialmente no contexto de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, ao mapear e analisar o tratamento jurídico do patrimônio cultural imaterial dessa comunidade. O trabalho ressaltou a importância de elementos como a língua *Bes+ro*, as vestimentas típicas, a música, os instrumentos musicais, a dança, o artesanato e as práticas de curandeirismo, que, juntos, constituem a base da identidade cultural Chiquitana.

Apesar do reconhecimento legal e da valorização crescente do patrimônio cultural imaterial no Brasil, a pesquisa evidenciou os desafios enfrentados pelos Chiquitanos. Entre eles, destacam-se a pressão da modernidade, o preconceito social e a falta de políticas públicas eficazes para proteger suas tradições. A marginalização histórica e a invisibilidade cultural também contribuem para a fragilidade da preservação de práticas ancestrais.

No entanto, a autodeclaração dos Chiquitanos como povo indígena e a criação de associações culturais têm sido instrumentos valiosos para fortalecer sua identidade e promover ações de valorização. A revitalização da língua *Bes+ro*, por exemplo, mostra-se como um elemento essencial para resgatar a memória e os laços comunitários.

O estudo revelou que a preservação do patrimônio imaterial dos Chiquitanos é mais do que uma questão de direitos culturais: é um instrumento de resistência e afirmação identitária. Para garantir a sobrevivência dessas tradições, é indispensável o envolvimento de toda a sociedade, incluindo o poder público, instituições de ensino e a própria comunidade.

Em conclusão, esta pesquisa busca não apenas ampliar a visibilidade do povo Chiquitano, mas também incentivar reflexões e ações práticas para a proteção do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Que este trabalho contribua para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que valorize e respeite a diversidade cultural como parte essencial da identidade nacional.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Eutropio Pereira. Patrimônio Cultural, Memória e Preservação: identificação e mapeamento dos bens culturais do vale do Gramame, João Pessoa - PB. Artigo. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3970>. Acesso em: 11 de novembro de 2024.

DICIO. **Cultura**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. Acesso em: 23 out. 2024.

DOURADO, Nleide Souza. **Práticas educativas culturais e as relações étnico-raciais na Vila de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade (XVIII-XIX): reflexões para o ensino de História**¹⁵. Historiografia, Memória e Ensino de História Indígena na contemporaneidade. Disponível em: <https://paruna.com.br/wp-content/uploads/2022/02/ebook-diversidade-etnico-racial-paruna.pdf#page=143>. Acesso em 18 de novembro de 2024

FAVA, Bruna Mendes De; AZEVEDO, Maria Therezade Oliveira; CALDEIRA, Regiane. **Saboreando o patrimônio imaterial através da memória e do turismo: cozinha passada de geração em geração em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT**, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/7018/5222>. Acesso em: 03 set. 2024.

FERNÁNDEZ, Stephany Giovanna Paipilla. Diss_2021. **Documento inédito**, 2021.

GARCIA, T. A. **No chão da escola é diferente? A educação escolar indígena de duas comunidades Chiquitano na fronteira Brasil/Bolívia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. 1990. UNICAMP. São Paulo. Disponível em: biblioteca central -UNICAMPI. Acesso em 20 de novembro de 2024.

MENDES, Vinicius. **Não foi considerada indígena**. STF nega recurso de cotista do curso de medicina que teve matrícula cancelada. Gazeta Digital, Cuiabá, 26 out. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/judiciario/stf-nega-recurso-de-cotista-do-curso-de-medicina-que-teve-matricula-cancelada/788113#:~:text=Ministro%20Dias%20Toffoli%2C%20do%20Supremo,não%20pertence%20ao%20grupo%20indígena>. Acesso em: 18 nov. 2024.

LIMA. Antônio Francisca; SILVA. Edvânia Gomes de Assis; IWATA Bruna de Freitas. **Vista do Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura**. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332/294>. Acesso em: 16 set. 2024.

LIMA, Jose Leonildo. **Vila Bela Da Santíssima Trindade - MT: Sua Fala, Seus Cantos**. Campinas Instituto de Estudos da Linguagem. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2000.198744>. Acesso em 20 de out. 2024

MARTINS, Ana Betânia S. P; LEAL, Claudia F. Baeta. **Mapas e patrimônio: a cartografia na identificação do patrimônio cultural**. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/231>. Acesso em 21 de out. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 1.596, de 28 de março de 2023**. Institui o Dia de Conscientização e Comemoração da Chiquitania de Vila Bela da SS Trindade – MT e dá outras providências. Vila Bela da Santíssima Trindade: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 08 nov. 2024.

PACINI, R. **Escritos na Diversidade: gênero e interculturalidade**. RFB, Belém, 2023. Disponível em: https://es:rfbeditora.com/_files/ugd/baca0d_a027f1e1fae14dca98881e43d9847266:pdf#page=12. Acesso em: 31 de outubro de 2024.

PLANALTO. Gov. **Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#anexo72. Acesso em 20 de novembro de 2024

PACINI, A. **Identidade étnica e território chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)**. 610f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PESSALI, Valente Reis. **Sistemas de cotas: o que é, quais os tipos e como funcionam**. JusBrasil, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/sistema-de-cotas-o-que-e-quais-os-tipos-e-como-funcionam/1828347634>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PORTUGAL, Alessandra. **Colcha de retalhos étnicos: A (re)invenção da cultura chiquitana na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015.

QUEIROZ, L. A. **A educação do corpo em Vila Nova-Barbecho: o Curussé chiquitano na educação da criança**. R. Educ. Públ, CUIABA, v. 22, 2013. Disponível em: <http://educa:fcc.org:br/pdf/repub/v22n49s02/v22n49s02a05:pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2024.

RIESTER, Jürgen. **Los Chiquitanos: Identidad Indígena y Territorio. Santa Cruz de la Sierra**: APCOB, 2003.

ROMANO, Rogério Tadeu. **A convenção de 169 da OIT e a proteção aos índios**. 2020. Artigo. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-convencao-169-da-oit-e-a-protecao-aos-indios/1109384823>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

SANTANA, Áurea Cavalcante. **Línguas Cruzadas, Histórias que se Mesclam: Ações de Documentação, Valorização e Fortalecimento da Língua Chiquitano no Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

_____. **Transnacionalidade Lingüística: A Língua Chiquitano no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

SILVA, Elidiane Martins de Brito; CAETANO, Edson. **O trabalho da benzeção: prática e sabedoria popular do povo Chiquitano**. Anais do XXIX. Seminário de Educação. SBC, 2021.

SORENSEN, Sheiva. **O IPHAN e a expansão da concepção de patrimônio cultural e reconhecimento da memória étnica**. Revista de Antropologia da UFSCar, v. 5, n. 1, p. 139-158, 2013.

URUPE, Adelaide Aparecida Chue. **A arte do trançado do artesanato Chiquitano**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Línguas, Artes e Literatura) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres, 2016.